

Multifuncionalidade agrícola e pluriatividade das famílias de agricultores: novas bases interpretativas para repensar o desenvolvimento rural

Ademir Antonio Cazella¹
Lauro Mattei²

Resumo

O trabalho analisa, inicialmente, a evolução histórica das noções de pluriatividade e multifuncionalidade aplicadas à agricultura e ao espaço rural. Posteriormente, discute-se as possíveis implicações dessas noções sobre as políticas agrícolas destinadas a promover o desenvolvimento rural.

Abstract

This paper examines the historical evolution of the pluriactivity and multifunctionality notions applies to the agricultural and the rural spaces. After them, are discussed the implications of this notions about public policies that are created to promote the rural development.

1- Introdução

Por não ser um espaço exclusivamente agrícola, o mundo rural possibilita a emergência de novas dinâmicas produtivas, que causam fortes impactos sobre as formas de trabalho. Com a integração crescente da agricultura aos demais setores da economia naquilo que ficou conhecido como os complexos agroindustriais, alterou-se a estrutura e a composição do trabalho rural. A modernização e a integração agrícola elevaram a produtividade do trabalho de tal forma que muitas das atividades que antes eram exercidas por várias pessoas agora se individualizam, liberando mão-de-obra no interior das famílias agrícolas.

Por um lado, essa integração vertical que padroniza os sistemas produtivos provoca um crescimento dos índices de flexibilização e informalização do trabalho rural, que se traduz em um aumento do número de agricultores e de seus familiares ocupados em atividades que já não estão mais especificamente relacionadas à produção agrícola. Surge daí a figura do **agricultor pluriativo**, o qual passa a combinar as atividades agrícolas com as atividades remuneradas não-agrícolas, tanto interna como externamente às propriedades. Esse processo dá ao agricultor um duplo caráter: o de empregado e de trabalhador por conta-própria, na agricultura e fora dela, simultaneamente.

¹ Professor Adjunto do Centro de Ciências Agrárias da UFSC (CCA/UFSC). E-mail acazella@cca.ufsc.br

² Professor RD pelo CNPq junto ao Departamento de Ciências Econômicas da UFSC. E-mail mattei@cse.ufsc.br

Por outro lado, a crise socioeconômica e ambiental das últimas décadas mudou profundamente o referencial de desenvolvimento agrícola definido como prioritário pelas principais organizações profissionais do setor. A idéia de que os mecanismos de seleção das unidades de produção agrícola favorecem aquelas que adotam as normas de um modelo profissional fundada no produtivismo é colocada em questão. O setor agrícola demonstra uma grande capacidade de absorver formas de organização produtiva que se distanciam do referido modelo e desempenham funções diversas na dinâmica de desenvolvimento rural. Esse conjunto de funções, genericamente chamado de **multifuncionalidade agrícola**, é variável segundo a forma de ocupação do território. Quanto maior for o número de estabelecimentos agrícolas, maior será a diversificação das explorações agrícolas ampliando o caráter multifuncional da agricultura.

Assim, as noções de multifuncionalidade e de pluriatividade ampliam o campo das funções socioeconômicas atribuídas ao agricultor, que deixa de ser visto apenas como um produtor de bens agrícolas (alimentos e matérias-primas industriais). O objetivo deste artigo consiste em analisar os significados das noções de multifuncionalidade e de pluriatividade aplicados à agricultura e ao espaço rural. Inicialmente, pretende-se recuperar as origens teóricas e a evolução histórica dessas noções. Posteriormente, a análise incidirá sobre as possíveis implicações que essas noções podem assumir quando incorporadas às políticas públicas de promoção, sobretudo, da agricultura familiar.

2 – Evolução histórica das noções de pluriatividade e multifuncionalidade

Esta seção tem por objetivo resgatar a evolução histórica dos debates sobre pluriatividade e multifuncionalidade, destacando os principais fatores e perspectivas teóricas envolvidas, sem a pretensão de definir um cenário acabado sobre os temas. Isto porque, com o reconhecimento generalizado desses fenômenos e com a incorporação dos mesmos às agendas de pesquisa nas últimas décadas, torna-se praticamente impossível, no espaço deste trabalho, tratar adequadamente todos os autores e questões envolvidas no referido debate.

2.1 – Pluriatividade: contexto e questões relevantes

Ao longo das últimas décadas, o debate sobre a pluriatividade nos países desenvolvidos foi permeado por uma série de questões que serão discutidas a seguir, as quais estão diretamente relacionadas às novas funções assumidas pelo espaço rural; às mudanças em curso no sistema produtivo agrícola, que redefinem o trabalho rural; e às relações sociais de produção, que redimensionam o papel dos atores sociais rurais, em especial, o dos agricultores familiares.

O primeiro elemento a ser destacado é a **multiplicidade de processos** que estão englobados sob a noção de pluriatividade³, uma vez que trata-se de um fenômeno extremamente heterogêneo e que, segundo Blanc (1987), poderia ser considerado como uma adaptação do setor agrário às grandes transformações macroeconômicas, em que as famílias agrícolas, visando diversificar suas fontes de rendas, duplicam suas atividades e, às vezes, suas jornadas de trabalho. Neste sentido, o entorno socioeconômico onde as unidades de explorações se inserem aparece como um dos elementos decisivos para a continuidade da pluriatividade. Em outras palavras, em grande parte é o conjunto de forças externas quem define o contexto em que a família tomará suas decisões e definirá suas estratégias de produção e de reprodução social⁴.

Por isso, as explicações das formas contemporâneas da pluriatividade precisam estar amparadas fundamentalmente no processo de reestruturação do sistema capitalista e nas mudanças econômicas e sociais em curso, as quais caracterizam a pluriatividade como um fenômeno intersetorial que não pode ser apreendido apenas a partir das estratégias de reprodução dos produtores familiares, conforme preconizam diversos estudos.

³ - Concordamos com Carneiro (1996) quando afirma que o termo pluriatividade é uma noção ampla, englobando processos sociais distintos que estão referenciados ao contexto socioeconômico que os gerou.

⁴ - Para maiores detalhes, veja Fuller (1984 e 1987), Saraceno (1987) e Extezarreta (1995). Também Bryden (1995) afirma que para se entender o processo de ajuste dos domicílios rurais é necessário considerar as interrelações entre as famílias e o contexto onde estas estão inseridas.

Portanto, é necessário incorporar às análises os principais elementos que caracterizam a reestruturação das sociedades contemporâneas. Uma dessas características relevantes é a fragmentação e a precarização das relações de trabalho associadas ao crescimento de novas formas de trabalho que emergiram a partir da crise econômica dos anos setenta com o declínio do “padrão fordista”. Porém, ressalta-se que a dimensão desse processo varia de acordo com o nível de desenvolvimento de cada sociedade, uma vez que nas sociedades mais desenvolvidas ocorre uma elevação dos índices tecnológicos e das alianças entre os setores econômicos-chaves, enquanto que nas sociedades menos desenvolvidas a flexibilidade, a informalização e a precarização ocorrem através da mobilização da força de trabalho⁵.

Neste sentido, essa noção de pluriatividade, que descreve a agricultura em conjunção com outras atividades externas às propriedades gerando ocupação da mão-de-obra e novas fontes de rendimento, faz subsumir diante de si os demais termos que também procuravam descrever esse fenômeno (*part-time farming; multiple job-holding; farming diversification*). Por isso, a força dessa noção está no fato de considerar os aspectos relacionados ao trabalho de todos os membros familiares, além da inserção dos mesmos no sistemas econômicos e sociais locais (Evans & Ilbery, 1993).

Todavia, uma retrospectiva da literatura especializada mostra que os estudos da pluriatividade foram realizados de diferentes maneiras e receberam distintas denominações ao longo do tempo. Dessa forma, torna-se necessário considerar que se trata de um assunto que abarca um conjunto heterogêneo de situações relacionadas ao mundo rural, as quais foram sendo acordadas através de pesquisas, simpósios e debates em várias partes do mundo. Por isso, ressalta-se que os termos “agricultura a tempo parcial”; “trabalhos domésticos múltiplos” e “diversificação das atividades” não têm o poder explicativo do termo “pluriatividade” e nem devem ser tratados como sinônimos.

⁵ - Argumentação baseada em Reis *et al.* (1990). Na mesma direção, Commins (1987) afirma que os estudos da pluriatividade entre os domicílios rurais devem procurar um contexto mais amplo que o da unidade de produção agrícola, visando contemplar o processo de reestruturação da economia e os ajustes das políticas públicas, bem como todos os problemas daí decorrentes. Segundo o autor, este procedimento permite visualizar melhor os vínculos cada vez mais estreitos entre a economia agrária e as demais atividades econômicas não-agrícolas.

A designação “*part-time farming*” – uma das mais utilizadas na literatura – perdeu seu valor heurístico a partir da década de 80 dando lugar à pluriatividade. Isso ocorreu porque os estudos da agricultura a tempo parcial restringiam suas análises às atividades do chefe da família e às unidades de produção, ignorando por completo as atividades dos demais membros do universo familiar. Com isso, o foco no responsável pela exploração ignorava o caráter familiar do trabalho agrícola e a contribuição do trabalho das demais pessoas das famílias em atividades não agrícolas.

Já a adoção da noção de pluriatividade pela literatura especializada foi possível devido a incorporação neste debate de duas variáveis fundamentais: **a unidade de análise relevante e o enfoque sobre as atividades não-agrícolas**. No primeiro caso, a família, e não mais o responsável pela atividade (como era na agricultura a tempo parcial), passou a ser a base das análises que avaliavam a alocação e a distribuição da força de trabalho familiar. Além disso, o novo enfoque passou a dar atenção também às atividades que ocorriam fora das propriedades. Neste caso, o ambiente socioeconômico onde as unidades de exploração se inseriam passou a ser decisivo nos estudos. Desta forma, de meados dos anos oitenta em diante a maioria dos trabalhos adotou o termo “pluriatividade” para explicar a ocorrência de atividades não-agrícolas no próprio estabelecimento; atividades não-agrícolas externas ao estabelecimento e atividades em outros estabelecimentos agrícolas (prestação de serviços). Nesta lógica, a pluriatividade descreve uma unidade produtiva multidimensional, em que se desenvolvem atividades agrícolas e não-agrícolas, tanto dentro como fora dos estabelecimentos, e pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração (Fuller, 1990).

Deste modo, chegou-se a conclusão, no final dos anos oitenta, que a pluriatividade refletia a visão de que o desenvolvimento contemporâneo da produção familiar e suas interações (família-exploração-mercado) ligadas à agricultura deveriam ser teorizadas, primeiramente, como parte mais ampla da evolução do capitalismo e, secundariamente, como parte de uma rede multisetorial de atividades que vão além da agricultura. Nesta perspectiva, o fenômeno da pluriatividade é visto como um aspecto da geografia de acumulação de capital na esfera agrária, além de representar uma constante

mercantilização das relações sociais de produção e de reprodução (Le Heron *et al.*, 1994). Essa concepção permite entender melhor as interações entre os grupos familiares, as unidades de exploração e o contexto socioeconômico onde as mesmas se inserem, dando uma visão ampla do fenômeno.

Na passagem das designações anteriores para a noção de pluriatividade também foi importante o debate acadêmico sobre a **transitoriedade ou não desse fenômeno**. A questão da transitoriedade ocupou por um longo período a agenda de debates sobre a pluriatividade. Até a década de 70, a maior parte dos estudos considerou essa prática como uma fase de transição da agricultura para outras atividades econômicas, o que levaria o agricultor ao processo de proletarianização. Neste caso, o fenômeno era explicado como sendo um problema associado aos baixos níveis de renda dos agricultores que viviam em áreas menos favorecidas. Em grande parte, isso decorria do fato de que a literatura se preocupava em descrever apenas os atributos da unidade de exploração e as necessidades sociais do operador-chefe da unidade produtiva. Especificamente nos EUA, o foco central dos estudos era o trabalho “*full-time*”, sendo que a “*part-time farming*” era vista como algo inadequado e relacionado às baixas produções.

Mas foi justamente um autor norte-americano - Buttel (1982) - quem por primeiro alertou para o caráter mais estável e permanente da pluriatividade. Para ele, a emergência desse fenômeno estava fortemente enraizada às mudanças que ocorreram na economia e nas políticas setoriais nas sociedades capitalistas, fazendo com que os agricultores de tempo parcial passassem a ser parte integrante das classes agrárias. Neste caso, a “*part-time farming*” representava uma combinação estável do trabalho agrícola com as ocupações não-agrícolas, retirando o caráter de transitoriedade das pessoas que se vinculavam parcialmente à agricultura.

Na Europa, estudos realizados a partir da década de 70 também chamaram a atenção para a perenidade do fenômeno. Neste caso, notam-se duas mudanças importantes nos enfoques: por um lado, passou-se a aceitar que a pluriatividade comportava diferentes padrões e que os seus índices eram diretamente proporcionais às oportunidades existentes fora das unidades de produção e, por outro, admitiu-se a idéia de que a pluriatividade é um

elemento característico das mudanças que se processavam nas sociedades agrárias.

A partir daí, os estudos das décadas seguintes passaram a focalizar sua atenção sobre a alocação da força de trabalho de todos os membros das famílias; sobre as diferentes formas de remuneração do trabalho e sobre o ambiente social e econômico do entorno onde as unidades de exploração se inseriam. Com isso, a noção de pluriatividade foi ampliada e passou a ser vista como uma forma alternativa de trabalho para as populações rurais, ao mesmo tempo em que deixou de ser considerada um sinônimo das designações anteriores⁶.

Em sintonia com o ponto anterior aparece o quarto elemento importante deste debate: **a pluriatividade enquanto uma estratégia de sobrevivência das unidades familiares de produção**. A maior parte dos estudos realizados nas últimas décadas ressaltaram que a decisão de ter ou não uma atividade não-agrícola está relacionada a três variáveis fundamentais: aos condicionantes familiares; às características das explorações e às condições do entorno socioeconômico. Desta forma, o fenômeno da pluriatividade assume diferentes significados. Por um lado, um grupo de autores⁷ afirma que a pluriatividade representa uma expansão da ótica de acumulação mais do que uma estratégia de sobrevivência, devido ao fato de que está ocorrendo um enorme processo de reconstituição produtiva do espaço agrário. Neste caso, esse fenômeno poderia ser classificado, tanto como uma forma de adaptação às transformações do tecido econômico e social quanto ser compreendido como uma parte do processo de mercantilização das relações sociais de produção em curso no meio rural.

Há, entretanto, um outro grupo de autores⁸ que concebe a pluriatividade enquanto uma estratégia de sobrevivência, porém com diferentes enfoques. Neste caso, observa-se que a pluriatividade pode ser uma estratégia de

⁶ - Uma descrição pormenorizada desse processo poderá ser encontrada em Fuller (1983, 1984 e 1990). Segundo esse autor, três elementos foram fundamentais na ampliação dos estudos da pluriatividade a partir dos anos oitenta: o papel desempenhado pelos estudos do “*Arkleton Trust Project*”, as reformas na Política Agrícola Comum (PAC) e a mudança de enfoque do chefe da exploração para o conjunto da família.

⁷ - Dentre estes, destacam-se Marsden (1995) e Pugliese (1991).

⁸ - Fazem parte deste grupo De Vries (1987), Fuller (1984), O’Hara (1987), Brun (1987), entre outros.

diversificação das fontes de renda familiar (De Vries); uma forma de restabelecimento da organização familiar (O'Hara); um meio de se manter as pessoas ocupadas e continuar as atividades agrárias (Brun); e uma forma de obter rendas maiores com o objetivo de melhorar as condições de vida (Extezarreta).

O fato é que a pluriatividade contém diferentes significados, varia de acordo com os estágios de desenvolvimento de cada sociedade⁹ e pode ser compreendida de diferentes maneiras em relação à sua função e à sua importância. Neste estudo, concebemos a pluriatividade não apenas como uma estratégia de sobrevivência ou de acumulação de capital, mas como resultado das inter-relações entre as dinâmicas das famílias, das explorações e do contexto socioeconômico onde essas famílias e as unidades de exploração se inserem.

O reconhecimento desses nexos de relações implica em compreender a pluriatividade como resultado de diversas negociações entre indivíduos, cada qual com diferentes funções e valores nas famílias, nas explorações e nos negócios (mercados), variando as preferências aos riscos; aos ajustes no desenvolvimento do ciclo familiar; à entrada ou saída das atividades agrícolas; à continuidade das atividades agrícolas de geração para geração; ao financiamento interno ou externo das unidades de exploração; e à organização do trabalho na unidade de exploração, no seio familiar e nos setores externos (Le Heron *et al.*, *op. cit.*).

Esta concepção nos remete ao quinto aspecto importante desta discussão: **os fatores promotores da pluriatividade**. Neste caso, observa-se que a literatura especializada oferece uma gama de interpretações sobre a decisão de ter ou não uma dupla atividade. As razões podem ser de **natureza econômica** (dimensão das unidades de exploração, patrimônio, níveis de rendimento, inserção nas economias locais, etc.); de **natureza social** (nível de escolaridade das famílias, idade dos membros familiares, melhoria dos níveis de escolaridade dos filhos, desejo de ascender socialmente, desejo de exercer

⁹ - Nos países em desenvolvimento, segundo Fuller & Cavazzani (1982), o avanço do capitalismo agrário rompeu com as condições socioeconômicas locais que davam suporte às organizações locais. Neste caso, a pluriatividade aparece então como uma estratégia de sobrevivência dos pequenos produtores familiares.

outras funções comunitárias, etc.); de **natureza pessoal** (aumentar padrões de consumo, participar mais da vida social da localidade, buscar outras carreiras, etc.); de **natureza contextual** (disponibilidade de emprego no entorno, ambiente socioeconômico local, inter-relações técnico-produtivas, etc.); e de **natureza de lazer** (sítios, chácaras de final de semana, áreas de preservação ambiental, etc.).

Graziano da Silva (1998) sintetizou os fatores promotores da pluriatividade da seguinte forma:

a) desmonte das unidades produtivas, no sentido de que muitas das atividades internas à unidade produtiva passaram a ser executadas por terceiros contratados para executar as mais diversas atividades do processo produtivo;

b) decorrente do anterior, nota-se o crescimento do emprego qualificado no meio rural, especialmente de profissões técnicas agropecuárias e de profissões tipicamente urbanas como de administradores, de motoristas, de contadores ou de outros profissionais vinculados às atividades não-agrícolas;

c) especialização produtiva crescente das unidades agropecuárias, permitindo o aparecimento de novos produtos e mercados, como animais jovens, animais exóticos, frutas frescas e flores, entre muitos outros;

d) formação de redes vinculando fornecedores de insumos, prestadores de serviços, agricultores, agroindústrias e empresas de distribuição;

e) melhoria de infra-estrutura social e de lazer rurais, além da maiores facilidades de transporte e meios de comunicação, possibilitando maiores chances de acesso aos bens públicos, como a previdência, o saneamento básico, a assistência médica e a educação.

No Brasil, a maior parte dos estudos sobre a pluriatividade se restringiram à casos específicos de algumas localidades¹⁰. Recentemente começaram a surgir trabalhos com uma dimensão mais abrangente visando documentar esse fenômeno no âmbito do país¹¹, merecendo destaque a importância crescente das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro.

¹⁰ - São os casos de Seyferth (1973) e Marcondes (1962), pioneiros deste debate no país.

¹¹ - Veja site projeto Rurbano: <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>; Graziano da Silva (1996, 1997), Carneiro (1998) e Anais do 36º Congresso da SOBER (1998).

A quantificação do fenômeno da pluriatividade no país, entretanto, ainda é bastante polêmica. Em grande medida, esse fato decorre da escolha dos instrumentos de pesquisa que são utilizados para analisar o tema. De um lado, nota-se que um conjunto de analistas da realidade agrária brasileira procura desvendar os novos temas usando como instrumento de apoio o Censo Agropecuário (CA), que gera informações sobre os estabelecimentos agropecuários. Neste caso, percebe-se que as implicações mais qualitativas referentes ao fenômeno da pluriatividade ficam extremamente comprometidas, uma vez que esse instrumental de informações estatísticas toma como referência a unidade de produção e não a família, conforme preconizado pela literatura internacional, o que implica a não captação de fatos importantes que caracterizariam adequadamente a questão da pluriatividade, como é o caso das rendas não-agrícolas que não são medidas pelo CA.

Por outro lado, o uso das Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios (PNADs) - que são dados amostrais derivados dos Censos Demográficos – mesmo tendo a vantagem de permitir a elaboração de análises a partir da ocupação dos trabalhadores rurais, bem como das estratégias das famílias no ambiente produtivo, esbarra em um conjunto diversificado de metodologias que condiciona a geração de dados estatísticos sobre a realidade agrária do país, muitos dos quais, inclusive, obrigam a utilização de mecanismos analíticos que podem comprometer a apreensão da pluriatividade em sua totalidade. Um exemplo desse problema foram as recentes mudanças metodológicas e conceituais realizadas pelo IBGE nas PNADs, que tornaram incompatível a realização de séries históricas mais longas. Este é, na verdade, um dos desafios que está sendo enfrentado pelo “Projeto Rurbano”¹².

2.2 - A construção sócio-política da multifuncionalidade agrícola¹³

Até o momento, a maioria dos estudos sobre o tema da multifuncionalidade agrícola tem como referencial teórico e empírico a

¹² É um projeto de pesquisa que procura caracterizar a realidade rural e está sediado no Instituto de Economia da UNICAMP, sob a coordenação do Prof. José Graziano da Silva.

¹³ Cf. CAZELLA (2000). *Développement local et agriculture familiale : les enjeux territoriaux dans le département de l'Aude (France)*. Tours, Université François Rabelais, Thèse de doctorat, 372 p. (+ annexes).

experiência e a realidade socioeconômica francesa. Essa temática foi lançada para o debate internacional a partir da França. Com a introdução em 1999 da noção da multifuncionalidade agrícola na Lei de Orientação Agrícola (LOA) desse país, difundiram-se as reflexões sobre o assunto, inicialmente, no interior dos demais países da União Européia (UE) e, posteriormente, em outras regiões do mundo. Sendo a França o segundo país agroexportador mundial, superado apenas pelos Estados Unidos, suas orientações referentes às políticas agrícolas influenciam não só o conjunto dos países da EU, como a maioria dos países agroexportadores.

A hipótese adotada nesta seção é que a noção de multifuncionalidade agrícola representa, acima de tudo, o reconhecimento institucional da importância socioeconômica e política das unidades de produção agrícola que não se enquadram nos sistemas de produção regidos pelo modelo produtivista. Dessa forma, refutamos a explicação que associa a incorporação dessa noção às políticas públicas da União Européia como mais uma medida de protecionismo da agricultura. Essa foi, por exemplo, a posição oficial dos representantes do governo brasileiro nos debates realizados durante a conferência da Organização Mundial do Comércio (OMC), ocorrida em Seattle (EUA). O que procuramos demonstrar é que essa noção foi sendo construída à margem do modelo dominante de desenvolvimento agrícola adotado, principalmente no Pós-Guerra.

Definida genericamente como “o conjunto das contribuições da agricultura a um desenvolvimento econômico e social considerado na sua unidade”, a multifuncionalidade agrícola tem sido associada à segurança alimentar (garantia da qualidade e origem dos produtos, além da garantia de um potencial produtivo), manutenção do território (preservação das características paisagísticas e do quadro de vida, etc.), a proteção do meio ambiente, a salvaguarda do capital cultural, a garantia de um tecido econômico e social rural pela diversificação das atividades (via o desenvolvimento de novas atividades ligadas à atividade agrícola, tipo agroturismo)¹⁴.

¹⁴ LAURENT (1999). *Activité agricole, multifonctionnalité et pluriactivité*. Pour. Paris, GREP, n° 164, pp. 41-46, 227 p.

Em se tratando de políticas públicas de desenvolvimento rural, as possibilidades abertas pelo reconhecimento público do caráter multifuncional da agricultura supera as acusações simplistas de protecionismo disfarçado sob uma nova roupagem. O caráter multifuncional da agricultura tem sido interpretada como a pedra angular de um modelo de desenvolvimento agrícola e rural construído à margem da Política Agrícola Comum (PAC) e dos pesados subsídios agrícolas que sustentam a agricultura produtivista da UE.

Os impactos negativos desse tipo de agricultura sobre o meio ambiente, a biodiversidade, a paisagem rural, a ocupação dos diferentes tipos de territórios, a segurança alimentar (em termos quantitativos e qualitativos dos alimentos) e sobre a capacidade de gerar novos empregos deram, ao longo do tempo, maior legitimidade às formas de agricultura que não se enquadram nesse modelo dominante.

As transformações que a agricultura tem passado nos últimos vinte anos foram estudadas por um grupo de pesquisadores que se inspiraram sobretudo na teoria da regulação. A teoria “regulacionista” foi construída a partir de trabalhos que procuravam compreender a crise econômica deflagrada com o primeiro choque do petróleo de 1974-1975. Derivada do marxismo, a escola regulacionista pretende explicar a capacidade do sistema capitalista de superar suas contradições, manifestadas em crises mais ou menos longas, evitando cair nas “profecias” catastróficas, que caracterizam parte das análises econômicas marxistas¹⁵.

Segundo Laurent¹⁶, a crise socioeconômica das últimas décadas, que tem como maior consequência o aumento do índice de desemprego, mudou profundamente o referencial de desenvolvimento agrícola definido como prioritário pelas principais Organizações Profissionais Agrícolas (OPA) francesas. Os estabelecimentos agrícolas profissionais com duas unidades de trabalho homem anual, sem nenhuma renda de atividades externas, adotando

¹⁵ LAURENT (1992). L'agriculture et son territoire dans la crise. Paris, Paris VII, Thèse de doctorat, 454 p.

ALLAIRE et BOYER (éd.) (1995). La grande transformation de l'agriculture. Paris, INRA/Economica, 444 p.

LEBARON (2000). La croyance économique : les économistes entre science et politique. Paris, Seuil, 260 p.

¹⁶ LAURENT (*op.cit.*), p. 92.

técnicas agrícolas intensivas e que se integram perfeitamente aos mercados, não são a norma. A diversidade não somente subsiste mas se reproduz. O movimento de modernização não se traduziu pela generalização de um modelo único; ao contrário, as explorações agrícolas familiares demonstraram sua capacidade de responder às dificuldades da competitividade por vias diferentes.

A idéia de que os mecanismos de seleção das unidades de produção agrícola favorecem aqueles que adotam as normas de um modelo profissional é colocada em questão. O fim da hegemonia da agricultura profissional não afeta, contudo, de forma drástica a agricultura, uma vez que o setor demonstra uma grande capacidade de absorver outras formas de organização produtiva que se distanciam do modelo.

Em geral, a diversidade de mecanismos que o setor agrícola oferece ao desenvolvimento dos territórios rurais permanece pouco estudada para não dizer desconhecida. Buscando suprir essa lacuna, pesquisadores do *Institut National de Recherche Agronomique* (INRA) executaram um programa de pesquisa sobre “as novas funções da agricultura e do espaço rural” entre 1993 e 1995¹⁷.

Os estudos de casos realizados por Laurent *et al.*¹⁸ revelam que a agricultura cumpre um importante **papel de coesão social**, seguramente mais significativo e mais complexo que a própria criação de empregos agrícolas. Na mesma linha de trabalho, Bellon *et al.*¹⁹ retomam a idéia de que a agricultura acolhe uma parte importante daqueles que tentaram sem sucesso outra vida profissional, de desempregados e de famílias que procuram um complemento de renda. Entre as principais razões que levam certas famílias a se instalarem na agricultura encontra-se o interesse pelo acesso a uma proteção social (aposentadoria e seguro saúde), a produção para o autoconsumo, o

¹⁷ Os resultados dessas pesquisas foram publicados em dois documentos organizados por ALLAIRE, *et al.* (éd.) (1996 et 1998). *Nouvelles fonctions de l'agriculture et de l'espace rural : enjeux et défis identifiés par la recherche*. Toulouse, INRA, v. I et II, 313 p/132 p.

¹⁸ LAURENT, *et al.* (1996). *Les différentes formes d'exercice de l'activité agricole des ménages ruraux*. In : ALLAIRE, G. *et al.* (éd.), *op.cit.*, pp. 261-275.

LAURENT, *et al.* (1998). *L'activité agricole des ménages ruraux et la cohésion économique et sociale*. *Economie Rurale*. Paris, SFER, n° 244, pp. 12-21, 63 p.

¹⁹ BELLON, *et al.* (1995). *Analyse des nouvelles formes d'exercice de l'activité agricole*. Versailles, INRA, Rapport d'étape, 147 p.

complemento de renda e a renda agrícola a título principal. Em várias situações, a atividade agrícola está associada à busca de uma ocupação ou de uma cobertura social para a esposa.

Em síntese, as formas marginais de agricultura de resistência ou alternativas dos anos 1980 foram os primeiros indícios de uma transformação do setor. Foi necessária uma década para que essas formas marginais fossem integradas pelas políticas públicas. A crise econômica fez dos territórios locais verdadeiros espaços de regulação que conduzem à regulamentação das mudanças através da legislação e dos acordos entre os diferentes atores sociais. Se a reforma da PAC de 1992 teve seu lado de manutenção do *status quo* da agricultura produtivista, ela adotou também valores ambientais e de justiça territorial. Foi principalmente depois dessa reforma que certos dispositivos de regulação territorial foram reforçados. O Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) para as regiões que apresentam limitações naturais ao desenvolvimento agrícola, a exemplo das zonas de montanha, e a iniciativa Ligação Entre Atores do Desenvolvimento Rural (LEADER), que financia ações inovadoras no meio rural servem de indicativo dessa regulação. Na atualidade, a agricultura produtivista desenvolvida no pós-guerra “se encontra sob observação” e a construção social da qualidade é um novo vetor da concorrência no setor²⁰.

3 – Implicações dessas noções sobre as políticas públicas

Na França, as políticas que associam a liberação de subsídios públicos à assinatura de contratos entre o Estado, as coletividades locais e os atores sociais são cada vez mais freqüentes. Esses contratos definem certas regras sobre a utilização dos espaços e dos recursos naturais. A notoriedade e a vulgarização dessas políticas contratuais entre os especialistas do desenvolvimento rural remontam, fundamentalmente, aos trabalhos associados dos grupos ditos de “Seillac” e de “Bruges”²¹.

²⁰ ALLAIRE (1995). De la productivité à la qualité, transformation des conventions et régulations dans l'agriculture et l'agro-alimentaire. In : ALLAIRE, et BOYER, (éd.), *op.cit.*, pp. 381-410.

²¹ PISANI (1994). Pour une agriculture marchande et ménagère. Paris, l'Aube, 191 p.
GROUPE DE BRUGES (1996). Agriculture, un tournant nécessaire. Paris, l'Aube, 95 p.

Constituídos, respectivamente, em 1993 e 1995 nos municípios francês e flamengo que lhes emprestam seus nomes, esses grupos reúnem cerca de vinte personalidades européias, entre as quais o ex-ministro francês da agricultura Edgard Pisani e Bertrand Hervieu, atual presidente do INRA. As proposições feitas por seus membros estão na origem da defesa de uma agricultura “**multifuncional**”, o que implica numa profunda reforma das políticas agrícolas atuais. “Não se trata mais de remediar ou de compensar os desequilíbrios criados por uma política. Se trata de elaborar uma outra que dê conta simultaneamente do produto e do seu meio ambiente”²². Os integrantes desses dois grupos denunciam sistematicamente o caráter dual da política agrícola européia. Suas análises e suas proposições destacam a necessidade de criar dispositivos de controle dos subsídios públicos destinados à agricultura. “Se for levado em consideração a realidade social, cultural, humana, e não somente a produção, não se pode evitar as interpretações diferenciadas, mesmo em se tratando de uma mesma política. Mas a arte de trabalhar com a diversidade está ainda para ser inventada. Se trata de uma questão de análise, de vontade e de método. Nesse domínio, a administração pública é ineficaz. (...) É necessário apreender, tecnicamente, a gerir a complexidade; politicamente, a ser desigual para compensar as desigualdades”²³.

O grupo de Seillac esquematizou a diversidade socioeconômica da agricultura francesa em três categorias de estabelecimentos agrícolas distintas: os estabelecimentos mercantis de massa (200 000 a 260 000 agricultores), os estabelecimentos mercantis de produtos locais (150 000 agricultores) e os estabelecimentos agrícolas que não se enquadram em nenhuma das situações anteriores (400 000 agricultores). No interior das duas primeiras categorias existem “categorias intermediárias” que não são plenamente mercantilista apesar de terem aspirações e a capacidade de virem a ser. Esses estabelecimentos merecem um tratamento especial no tocante aos subsídios públicos, enquanto que aqueles que se encontram bem integrados aos mercados devem ser beneficiados, exclusivamente, por políticas “anti-

²² PISANI, *op. cit.*, p. 15.

²³ PISANI, *op. cit.*, p. 31 et p. 74.

conjunturais”, a título de compensação das quedas temporárias dos preços agrícolas num dado momento.

Para os integrantes da terceira categoria, onde se encontram a maioria dos agricultores pluriativos ou a tempo parcial, o desafio principal consiste em conceber uma política capaz de lhes dar um estatuto jurídico, social e fiscal, assim como o apoio necessário para que se tornem verdadeiros “empresários agro-rurais polivalentes”. A lista de problemas ligados ao estatuto da profissão agrícola é longa e as soluções possíveis não são generalizáveis. É preciso tratar caso por caso, região por região. A título de exemplo, Pisani lembra que a menos de cinquenta anos, a maioria dos agricultores franceses pagavam seus impostos executando trabalhos de interesse público, visto suas baixas rendas monetárias.

Na concepção dos membros dos grupos de Seillac e de Bruges, os agricultores deveriam justificar socialmente os subsídios agrícolas recebidos. A adoção de medidas de proteção do meio ambiente e das paisagens, da mesma forma que a oferta de alimentos de qualidade são o mínimo que eles devem oferecer aos contribuintes. Estes últimos têm um certo número de aspirações em relação à agricultura bem mais amplas que a garantia da segurança alimentar. Eles estão cada vez menos interessados pela agricultura produtivista e desejam uma agricultura de “**ordenamento e de regulação**” do território. Em resumo, a idéia de uma “**política contratual**” entre os agricultores, os cidadãos e o Estado está presente nas reflexões elaboradas pelos membros destes grupos²⁴.

Recentemente, dois dispositivos institucionais reforçam a idéia de que o modelo de desenvolvimento agrícola até então dominante na União Européia encontra-se num processo de reestruturação. A primeira refere-se à reforma da PAC de março de 1999, a chamada “Agenda 2000”, que adotou duas medidas para corrigir a atual distorção entre os subsídios agrícolas e os impactos negativos sobre o meio ambiente. Os princípios da “eco-condicionalidade” e de

²⁴ HERVIEU (1997). Agriculture et développement rural : la nécessaire convergence. LEADER II Magazine. Bruxelles, n° 15, pp. 6-10, 23 p.

GROUPE DE BRUGES (1999). L'agriculture doit reconquérir l'Europe. Le courrier de l'environnement de l'INRA. Paris, INRA, n° 36, pp. 81-82, 166 p.

um limite máximo de subsídios por unidade de produção agrícola foram instituídos. Os recursos arrecadados pela aplicação desses princípios devem ser utilizados nas regiões com problemas ligados ao desenvolvimento agrícola e ao meio ambiente²⁵.

A segunda medida corresponde aos chamados Contratos Territoriais do Estabelecimento (*Contrats Territoriaux d'Exploitation*- CTE) previstos na nova lei de orientação agrícola francesa. No colóquio “Controle do impacto das atividades agrícolas sobre o meio ambiente”, realizado em julho de 1999, o ministro da agricultura resumiu essa medida e suas prioridades da seguinte forma: “A Lei de orientação agrícola (...) reforça a multifuncionalidade e integra, além do emprego e da qualidade, uma dimensão ambiental importante nos Contratos Territoriais do Estabelecimento. Esta lei e estes CTE constituem a pedra angular desta nova política fundada não mais na corrida louca da quantidade produzida, mas em critérios mais condizentes com as demandas sociais atuais: emprego, qualidade, ambiente, paisagens. (...) Assim, emprego, meio ambiente, segurança alimentar, qualidade e origem (“rastreamento”) dos produtos constituem hoje as prioridades da minha ação”²⁶.

Sem dúvida, os CTE constituem a grande novidade dessa lei agrícola. Através desse mecanismo, os agricultores serão subsidiados desde que se engajem ao exercício de uma agricultura que combine, ao mesmo tempo, a produção agrícola de qualidade, a criação de valor agregado, mas também a proteção e a renovação dos recursos naturais, o equilíbrio dos territórios e o emprego. Com o tempo, o objetivo é de integrar no quadro dos CTE a maioria dos subsídios agrícolas já existentes, que apresentem um caráter não produtivista. O governo francês conta com os recursos arrecadados pela aplicação dos princípios da “Agenda 2000” para compor o fundo de financiamento dos CTE.

A previsão é de subsidiar a fundo perdido cada participante na ordem de 150 000 francos ao longo dos cinco anos de vigência de cada contrato. Cada

²⁵ MAP (1999a). Conseil supérieur d'orientation et de coordination de l'économie agricole et alimentaire. Recommandation relative aux contrats territoriaux d'exploitation. Colloque ..., Paris, 8 p.

²⁶ GLAVANY (1999). Discours d'ouverture. Colloque maîtrise et l'impact des activités agricoles sur l'environnement. Paris, MAP, pp. 1-4, 42 p.

CTE deve respeitar simultaneamente duas orientações: uma socioeconômica e outra ambiental-territorial. O caráter territorial prevê que cada agricultor deve elaborar seu projeto em coerência com as especificidades e as orientações técnicas da microrregião geográfica onde seu estabelecimento se localiza. A multifuncionalidade da agricultura e a pluriatividade do agricultor devem ser consideradas na elaboração do projeto. O Ministério sugere algumas atividades que podem ser subsidiadas, tais como: a integração numa rede de qualidade, a montagem de uma unidade de transformação, a venda direta, o agroturismo, a manutenção ou a criação de empregos, o controle da erosão, o tratamento das águas utilizadas nas unidades de produção e de transformação, a valorização das áreas com pastagens, a manutenção da biodiversidade²⁷.

Outra ação governamental que tem a multifuncionalidade agrícola como pilar é o programa experimental de auxílio às famílias ou indivíduos que pretendem se tornar agricultores, mas que não atendem as normas fixadas pela lei francesa. O processo de acesso à condição de agricultor, chamado nesse país de “instalação agrícola”, associa o direito às doações e aos empréstimos subsidiados ao cumprimento de algumas normas básicas: idade (menos de 35 anos é a regra básica), formação adequada (diploma de estudos profissionais agrícolas) e dispor de uma superfície agrícola suficiente para o projeto pretendido. Apesar da impossibilidade de acesso aos subsídios especiais para quem não atender esse conjunto de regras, uma parte significativa das instalações agrícolas se dá na condição de fora das normas. As instalações agrícolas fora das normas reforçam a idéia de que agricultura cumpre um papel de coesão social tão importante quanto sua função econômica.

4- Considerações finais

Na França, a discussão atual sobre o caráter multifuncional da agricultura relançou os estudos sobre a pluriatividade agrícola, cujo auge do

²⁷ MAP (1999b). Le contrat territorial d'exploitation : un contrat entre agriculteurs et pouvoirs publics. Colloque..., Paris, 4p.

debate se deu nos anos 1980²⁸. Percebe-se, portanto, que “a questão da pluriatividade aparece assim indissociavelmente ligada àquela da multifuncionalidade, pois a partir do momento que se considera a produção de outras riquezas que não somente a produção de bens primários, se coloca a questão da natureza desta atividade e o estatuto que ela confere para aqueles que a exercem” (...) “A reviravolta da perspectiva induzida pelo reconhecimento da multifuncionalidade conduz a se interrogar, simultaneamente, sobre a **definição de atividade agrícola**, sobre as **fronteiras móveis da pluriatividade** e sobre o **estatuto** que confere o exercício de atividades agrícolas qualificadas de uma nova maneira na ótica da tributação e da proteção social”²⁹.

A ampliação do grau de importância da diversidade de funções desenvolvidas pelos agricultores franceses conduziu, em 1988, a uma revisão da definição de atividade agrícola adotada pelo direito civil. Até então entendia-se como sendo próprio da agricultura “as atividades correspondentes ao controle e à exploração de um ciclo biológico de caráter vegetal ou animal, constituindo uma ou várias etapas necessárias para a efetivação desse ciclo”. A partir de 1988, ampliou-se essa definição através da inclusão dos adendos seguintes: (...) “da mesma forma que as atividades que estejam ligadas ao prolongamento da ato de produção (por exemplo, a venda direta dos produtos do estabelecimento) ou que tenham por suporte o estabelecimento agrícola (por exemplo, o agroturismo)”.

Como destaca Laurent (*op. cit.*), essa definição ampliada de atividade agrícola considera como pluriativos os produtores que, além da agricultura, exercem outra atividade profissional que não se enquadre no campo da definição acima. Dito de outra forma, o agricultor que transforma e vende toda ou parte da sua produção agropecuária ou que acolhe turistas na sua propriedade não se caracteriza, segundo essa definição, como sendo um agricultor pluriativo.

²⁸ ASSOCIATION DES RURALISTES FRANÇAIS (1984). La pluriactivité dans les familles agricoles. Paris, ARF, 343 p.

BARTHEZ (1982). Famille, travail et agriculture. Paris, Economica.

²⁹ LAURENT (1999), *op. cit.*, p. 42.

No Brasil, recentemente formaram-se redes de pesquisadores com a intenção de implementar programas de pesquisa, cooperação e de intercâmbio, tendo como temas aglutinadores as noções de pluriatividade³⁰ e multifuncionalidade³¹ da agricultura.

Neste sentido, a experiência européia e francesa, em particular, nessas áreas de conhecimento podem subsidiar a discussão que, embora de forma incipiente, começa a ocupar a agenda de pesquisadores brasileiros. Diferentemente daquele país, cujo auge do debate sobre a **pluriatividade dos agricultores** ocorreu nos anos oitenta, os estudos no Brasil sobre esse tema ganharam maior relevância na década de noventa tornando-se, portanto, inevitável uma interação com as análises sobre o **caráter multifuncional da agricultura**.

³⁰ Veja o projetos 'Rubano', sob coordenação do Instituto de Economia da Unicamp.

³¹ MALUF et al., (2001). Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras. Rio de Janeiro, Projeto de pesquisa CNPq/COAGr-001/2001, 19 p.

5- Referências bibliográficas

- ALLAIRE, G. *et al.* (éd.) (1996 et 1998). Nouvelles fonctions de l'agriculture et de l'espace rural : enjeux et défis identifiés par la recherche. Toulouse, INRA, v. I et II, 313 p/132 p.
- ALLAIRE, G. et BOYER, R. (éd.) (1995). La grande transformation de l'agriculture. Paris, INRA/Economica, 444 p.
- ALLAIRE, G. (1995). De la productivité à la qualité, transformation des conventions et régulations dans l'agriculture et l'agro-alimentaire. In : ALLAIRE, G. et BOYER, R. (éd.), *op.cit.*, pp. 381-410.
- BARTHEZ, A. (1987). Familia, actividad y pluriactividad en la agricultura. In: Arkleton Research. Cambio Rural en Europa. Colóquio de Montpellier, pp.161-177.
- BARTHEZ, A. (1982). Famille, travail et agriculture. Paris, Economica.
- BELLON, S. *et al.* (1995). Analyse des nouvelles formes d'exercice de l'activité agricole. Versailles, INRA, Rapport d'étape, 147 p.
- BLANC, M. (1987). Pluriactividad y movilidad del trabajo: un enfoque macroeconomico. In: Arkleton Research. Cambio Rural en Europa. Colóquio de Montpellier, pp.89-109.
- BRUN, A. (1987). Pluriatividad agraria en Frecnia: medidas y concepciones. In: Arkleton Research. Cambio Rural en Europa. Colóquio de Montpellier, pp.247-274.
- BRYDEN, J. (1995). Pluriactividad rural en Europa: el proyecto "rural change in Europe". In: Real, E.R. & Villalión, J.C. (coord.). Hacia un nuevo sistema rural. Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentacion, (série estudios), pp.459-481.
- BUTTEL, F. (1982). The Political Economy of Part-time farming. In: GeoJournal, 6: 293-300.
- CARNEIRO, M. J. (1996). Pluriatividade no campo: o caso francês. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.32, pp. 89-104.
- CAZELLA, A. A. (2000). Développement local et agriculture familiale : les enjeux territoriaux dans le département de l'Aude (France). Tours, Université François Rabelais, Thèse de doctorat, 372 p. (+ annexes).
- COMMINS, P. (1987). El contexto global. In: Arkleton Research. Cambio Rural en Europa. Colóquio de Montpellier, pp.57-88.
- DEL GROSSI, M.E. & GRAZIANO DA SILVA, J. (1998). A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. In: Estudos Sociedade e Agricultura, Revista da UFRRJ/CPDA, n, 11, pp.26-52.
- DeVRIES, V.M. (1993). Farming with others gainful activities in the rural areas. In: Sociologia Ruralis, n.33, pp.263-268.
- EVANS, N.J. & ILBERY, B.W (1993). The pluriactivity, part-time farming and farm diversification debate. In: Environment and Planning, v.25, pp.945-959.
- EXTEZARRETA, M. (1995). La pluriactividad. In: La agricultura familiar ante las nuevas políticas agrárias comunitárias. Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentacion, série estudos, n.92, pp.409-453.
- FULLER, A. (1983). Part-time farming and the farm family: a note for future research. Sociologia Ruralis, v.23, n.1, pp.5-9.
- FULLER, A. (1987). Introducción. In: Arkleton Research. Cambio Rural en Europa. Colóquio de Montpellier, pp. 9-21.
- FULLER, A. M. (1990). From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. Journal of Rural Studies, v.6, pp.361-373.
- GLAVANY, J. (1999). Discours d'ouverture. Colloque maîtrise et l'impact des activités agricoles sur l'environnement. Paris, MAP, pp. 1-4, 42 p.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1996). A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: IE/UNICAMP.

- GRAZIANO DA SILVA, J. (1997a). O novo rural brasileiro. In: Nova Economia. Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG, 7(1), pp.43-81.
- GROUPE DE BRUGES (1996). Agriculture, un tournant nécessaire. Paris, L'aube, 95p.
- GROUPE DE BRUGE (1999). L'agriculture doit reconquérir l'Europe. Le courrier de l'environnement de l'INRA. Paris, INRA, n° 36, pp. 81-82, 166 p.
- HERVIEU, B. (1997). Agriculture et développement rural : la nécessaire convergence. LEADER II Magazine. Bruxelles, n° 15, pp. 6-10, 23 p.
- LAURENT, C. *et al.* (1996). Les différentes formes d'exercice de l'activité agricole des ménages ruraux. In : ALLAIRE, G. *et al.* (éd.), *op.cit.*, pp. 261-275.
- LAURENT, C. *et al.* (1998). L'activité agricole des ménages ruraux et la cohésion économique et sociale. Economie Rurale. Paris, SFER, n° 244, pp. 12-21, 63 p.
- LAURENT, C. (1999). Activité agricole, multifonctionnalité et pluriactivité. Pour. Paris, GREP, n° 164, pp. 41-46, 227 p.
- LE HERON, R.; ROCHE, M.; JOHNSTON, T. (1994). Pluriactivity in New Zeland Agriculture in the 1980s – a benchmark study of livestock and fruit agro-commodity systems. Geoforum, v.25, pp.155-172.
- LEBARON, F. (2000). La croyance économique : les économistes entre science et politique. Paris, Seuil, 260 p.
- MAP (1999^a). Conseil supérieur d'orientation et de coordination de l'économie agricole et alimentaire. Recommandation relative aux contrats territoriaux d'exploitation. Colloque ..., Paris, 8 p.
- MARSDEN, T. (1995). Beyond Agriculture? regulating the new rural spaces. In: Journal of Rural Studies, v.11/3, pp.285-296.
- MINGIONE, E. & PUGLIESE, E. (1987). A difícil delimitação do “urbano” e do “rural”. Revista Crítica de Ciências. Lisboa: n.22, pp.83-99.
- NEWBY, H. (1986). Cambio estructural en la agricultura y futuro de la sociedad rural. Agricultura y Sociedad, Madrid, n. 38-39(enero).
- O'HARA, P. (1987). Dentro de la “caja negra”: la necesidad de examinar la dinámica interna de las explotaciones agrarias familiares. In: Arkleton Research. Cambio Rural en Europa. Colóquio de Montpellier, pp.179-192.
- PISANI, E. (1994). Pour une agriculture marchande et ménagère. Paris, l'Aube, 191 p.
- PUGLIESE, E. (1991). Agriculture and the new division of labor. In: FRIEDLAND, W. et alii. Towards a new political economy of agriculture. Boulder, Westview Press.
- REIS, J. et alii (1990). How 'rural' is agriculture pluriactivity?. In: Journal of Rural Studies, v.6, n.4, pp.395-399.
- SARACENO, E. (1987). La evolución de las estructuras agrárias y el papel de la pluriatividad en los procesos de industrialización antiguos y actuales. In: Arkleton Research. Cambio Rural en Europa. Colóquio de Montpellier, pp.117-132.
- SFER (2001). La multifonctionnalité de l'activité agricole et sa reconnaissance par les politiques publique. Appel à communications du Colloque SFER. Paris, 2 p.